

Moratória branca só acaba após o acordo

O Brasil não vai fazer qualquer pagamento aos bancos credores, nem mesmo simbólico, antes de um acordo geral de reestruturação da dívida externa, a ser negociado provavelmente no segundo semestre. A moratória não declarada, que vem desde julho do ano passado e já provocou atrasos de pagamentos acima de cinco bilhões de dólares, vai continuar. Nas reuniões coordenadas pela ministra Zélia Cardoso de Mello para definir a estratégia de negociação, chegou-se à conclusão de que a normalização dos pagamentos aos bancos internacionais só faz sentido no contexto de um acordo geral da dívida. Não será, portanto, a recuperação das reservas cambiais, que já alcançaram quase 10 bilhões de dólares, que levará o Governo Collor a retomar esses pagamentos.

Apesar dessa posição, a palavra confronto jamais é empregada pela equipe econômica. O que se quer, de acordo com importante membro da equipe econômica, é provocar um redirecionamento

de 180 graus no processo de negociação da dívida externa brasileira. "Fizemos, no plano interno, uma reforma sem precedentes e, no plano externo, não podemos nos contentar com as soluções até agora adotadas", diz a mesma fonte. A referência ao acordo feito pelo México, dentro dos mecanismos criados pelo Plano Brady, é inevitável. "É um acordo insatisfatório", resume a fonte.

Na primeira semana de maio, a ministra Zélia Cardoso de Mello estará em Washington para a reunião do Fundo Monetário Internacional. Está preparada para expor à exaustão os desdobramentos do Plano Collor. Sobre dívida externa, deseja mais ouvir do que falar, durante as conversas com Michel Camdessus, diretor-gerente do FMI e com outras autoridades do universo financeiro internacional.

Falar sobre as reformas internas da economia e ouvir os próprios credores sobre a dívida é uma postura que está calcada com precisão na estratégia tra-

çada pelo Governo. Não se pensa em apresentar aos banqueiros qualquer proposta de renegociação. Para o Governo, o Brasil cumpriu (ou está cumprindo) a sua parte, com o profundo ajuste econômico. Agora, caberá aos credores dizer o que podem oferecer para a reestruturação da dívida.

Isto não significa que um conjunto de alternativas de negociação não esteja sendo minuciosamente preparado pela equipe econômica. Participam das discretas reuniões no Ministério da Economia, além de Zélia e seus principais assessores, o embaixador Jório Dauster e o ex-diretor da área externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas. Dauster, já escolhido negociador da dívida há cerca de um mês, ainda não teve seu nome oficialmente anunciado. A demora nessa nomeação não é interpretada como desleixo administrativo pelo Governo.

"Achamos que seria melhor preservá-lo um pouco" — justificou uma fonte do Governo.